

## Levantamento do GPC mostra que, no mínimo, quatro vereadores aprovam CPI da Educação

A reportagem do Grupo Progresso de Comunicação (GPC) entrou em contato com os vereadores de Montenegro para saber a opinião deles sobre o pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), protocolado na Câmara Municipal, na última segunda-feira. A proposta é investigar a Educação do município. Com o apoio de quatro vereadores já é possível instalar a CPI.

reporteri@gpc.inf.br

**Montenegro** - O pedido que aponta vinte supostas irregularidades na área da Educação do município foi protocolado pelo Vice-Presidente do Sindicato dos Profissionais da Educação dos Sistemas Municipais de Ensino de Montenegro e Pareí Novo, Thiago Iwaszko Marques Proença.

Dos setes vereadores consultados, quatro afirmaram ser a favor da abertura da CPI e se propuseram a assinar o requerimento para a criação da Comissão. Foram eles: Renato Kranz (PMDB), Ari Müller (PDT), Gustavo Zanatta (PP) e Marcos Gehlen Tuco (PT). Os demais edis, Rose Almeida (PP), Luis das Remoções (PP) e Márcio Müller (PTB) relataram não ter analisado o processo ou alegaram anomalias no pedido.

Os Vereadores Edgar Becker (PP) e Roberto Braatz (Sem Partido) não falaram sobre o assunto.

A Vereadora Rose Almeida (PP) disse que não havia conversado com ninguém sobre o assunto e ainda iria avaliar o pedido. Seu colega de partido, Luis das Remoções (PP) relatou ser a favor da CPI, mas apenas se fosse investigado supostas irregularidades, desde o ano de 2008.

De acordo com o Departamento Jurídico da Câmara Municipal, para a instauração de uma CPI é necessário que um terço

dos vereadores seja a favor, com assinaturas de quatro assinaturas seria possível iniciar o processo de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

### Confira a lista das denúncias

- Não pagamento do Piso Salarial Nacional de 2016 aos professores;
- Déficit do FUNDEB em Montenegro, apontado no orçamento de 2016, ou seja a busca de sua origem
- Falta de vagas nas creches municipais
- Perseguição veemente a professores por parte da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC)
- Isonomia entre o Planos de Carreira do Funcionalismo Municipal e o Plano de Carreira do Magistério Municipal, pois um conta com 4 níveis, 9 classes (A a I) e possibilidade de 85% de aumento, enquanto o outro apenas com 3 níveis e 5 Classes (A e E), permitindo máximo de 50%, ambos sobre o salário-base
- Fim do Programa Mais Educação em Montenegro
- Consideração irregular do recreio das escolas como Hora-Atividade dos professores, ponto que inviabiliza as 800 horas ao ano;
- Docentes em substituição de colefas nas escolas durante suas Horas-Atividades
- Professores lecionando outras disciplinas diferentes das quais foram nomea-



Câmara poderá abrir nova CPI

- Exigência de laudo médico, por parte da SMEC, aos pais de crianças de inclusão;
- Obrigatoriedade do zoneamento para matrícula nos ensinos infantil e fundamental;
- Más condições das estruturas de algumas escolas;
- Fechamento de escolas do interior que atendiam comunidades locais;
- Excesso de alunos em sala de aula, agredindo normas, principalmente no caso de salas com alunos especiais;
- Falta de profissionais em setores funda-

- informática, supervisão, orientação);
- Ausência de profissionais especializados para acompanhamento de alunos com necessidades especiais;
- Instituições de ensino municipais sem toda documentação necessária emitida pelos Bombeiros para adequado funcionamento;
- Professores aprovados no ultimo concurso sem serem chamados, mesmo existindo vagas;
- Falta de profissionais da Educação Física para séries iniciais, visto que já há